

**“HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA O
ENSINO CÍVICO”:
um instrumento republicano de construção do
imaginário social gaúcho**

Sergio Ricardo Pereira Cardoso¹

RESUMO: Partindo da perspectiva de que o Compêndio Escolar foi uma tecnologia do imaginário, importante na propagação dos ideais republicanos no Rio Grande do Sul, este trabalho procurou analisar a obra “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”, diante desse processo de construção de um imaginário social gaúcho, uma vez que, diante da implantação da República, procurou-se estabelecer relações entre o civismo e a moral exigida pela construção da nova pátria. Além disso, estudamos as alterações das diversas edições do compêndio em questão, ao longo das fases do Partido Republicano Riograndense (PRR) no panorama nacional e regional. Evidenciou-se, então, a progressiva exaltação do civismo individual como forma de legitimar as elites do PRR nos governos do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Castilhismo. Educação. Compêndios Escolares. Imaginário Social. Identidade.

ABSTRACT: Leaving of the perspective that the School Summary was a technology of the imaginary important in the propagation of the republican ideals in Rio Grande do Sul, this work tried to analyze the work "History of Rio Grande do Sul before for the Civic Teaching" of that process of construction of a social imaginary gaúcho. Ahead of the implantation of the Republic it was looked to establish relations between the patriotism and the moral ethics demanded for the construction of the new native land. It is looked, of this form, to analyze the alterations of diverse editions of the compendium in question throughout the phases of the PRR in the national and regional panorama. As partial conclusions we point out the gradual dither of the individual patriotism as form to legitimize the elites of the PRR in the governments of the Rio Grande do Sul.

KEY-WORDS: Castilhismo. Education. School Compendiums. Social Imaginary. Identity.

¹ Doutorando em Educação (História da Educação) do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Aluno do Programa de Pós Graduação em Memória, Identidade e Cultura Material da Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de aprofundar nosso conhecimento sobre os compêndios escolares de História do Rio Grande do Sul, a construção da identidade gaúcha por meio destes, bem como o contexto histórico em que se inserem, este escrito procura analisar a identidade gaúcha, bem como um processo de exaltação cívica, presente nos compêndios “História do Rio grande do Sul para o Ensino cívico”, editado por João Maia.

A escolha da referida obra é devido ao fato desta ter sido editada e utilizada oficialmente pelo Estado do Rio Grande do Sul desde 1898 a 1927, ou seja, durante praticamente toda a República Velha.

Tal assertiva é ratificada pelas inscrições presentes nas capas ou contracapas: “Aprovada pelo Conselho Escolar e adoptada pelo Inspector Geral da Instrução Publica do Estado”, dando assim um panorama geral de como eram os compêndios escolares de História do Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Provavelmente, com as novas perspectivas de se construir uma História de caráter regional / local, a preocupação com os livros didáticos específicos de cada Estado seja uma preocupação cada vez mais freqüente. A respeito disso, Luís Reznick esclarece o seguinte:

A historiografia brasileira está impregnada por narrativas que discursam sobre a nação, a pátria, a sociedade, o Estado brasileiro. Esta afirmação, longe de ser tautológica, designa o lugar que o recorte temático “nacional” assumiu entre os historiadores brasileiros. Os grandes textos, os clássicos da historiografia, aqueles que tomaram lugar no panteão consagrado pelo pensamento político e social, lidos como referências obrigatórias nas nossas universidades, escritos pelos que se tomaram nossos mestres historiadores, remetem-nos, inequivocamente, a uma História do Brasil [...] o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as relações de vizinhança, contigüidade territorial, proximidade espacial. Essa ética de pertencimento é mais um elemento constitutivo desse sujeito fragmentado, múltiplo e instável [...] Enfim, consideramos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Campo privilegiado para a análise dos imbricados processos de sedimentação das identidades sociais, em particular dos sentimentos de pertencimento e dos vínculos afetivos que agregam homens, mulheres e crianças na partilha de valores comuns, no gosto de se sentir ligado a um grupo (REZNICK, 2002).

Inspirado pelos preceitos levantados por Luís Reznick (2002), nossa problemática se remete aos compêndios escolares de História do Rio Grande do Sul, mais especificamente a obra “História do Rio grande do Sul para o Ensino Cívico”, de João Maia. Portanto, tal estudo nos remeterá a relações de poder que, mesmo sem negar a identidade nacional, constituiu-se em especificidades por vezes particulares desse Estado.

Ao se estudar livros didáticos, Alain Choppin realça que “a primeira dificuldade relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o “livro didático” é designado de inúmeras maneiras” (COPPIN, 2004:549). Para amenizar esse problema, resolvi utilizar, para a análise do objeto em questão, a designação “compêndio”.

s.m. Epítome, resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos: v.g. compendio da doutrina de lógica, de direito natural: e fig. B. Flor 2113. (Roma) Compendio do Universo §. Em compendio; loc. adv. Resumidamente (SILVA, 1858: 501).

Sobre a pesquisa do livro didático, Alain Choppin complementa:

Após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países (CHOPPIN, 2004: 549).

Por fim, acrescento que não podemos ignorar o livro didático no rol das importantes fontes de pesquisa histórica, pois “faz parte da vida escolar desde que escola é escola” (MUNAKATA, 2002: 91). Quando a escola moderna torna-se uma instituição que se configura historicamente como um local onde se aprende a ler e escrever, o livro didático torna-se essencial.

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA VELHA

Em 1851, inicia no Rio Grande do Sul o Liceu de D. Afonso, “a primeira escola pública de instrução secundária da Província” (SCHNEIDER, 1993: 96), cujo

currículo escolar estava fortemente influenciado pelo Colégio Pedro II e foi de suma importância para a articulação do estudo didático da História do Rio Grande do Sul. Para tal, foi indicado o compêndio “Anais da Província de São Pedro”, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, conforme Tambara & Arriada (2004):

N. 44 – Regulamento de 24 de janeiro de 1859, alterando algumas disposições do de n. 6 do de 1º de junho de 1857, relativamente à instrução primária. [...] ART. 96 – Em quanto o Conselho Diretor não marcar os livros, e compêndios para o uso das escolas, os Professores uzarão principalmente dos constantes na tabella annexa.

[...]

Tabella a que se refere o artigo 96 do Regulamento n. 44, desta data.

Tratado dos principios de arithmetica segundo o methodo de Pestalozzi, por José Ramos Paz.

Novo methodo para aprender a ler pelo mesmo autor.

Taboada, segundo o methodo de Pestalozzi, pelo mesmo autor.

Arte de letra manuscrita por Duarte Ventura.

Cathecismo Hist, Dogmat, moral, e lithurgico da Doutrina Christã, pelo Conego Fonseca Lima.

Compendio de Doutrina Christã, Dogmatico, e moral, por Carreira de Mello.

Compendio da civilidade moral, religiosa, pelo mesmo autor.

Resumo da Historia Sagrada antiga, e da Igreja Christã, pelo mesmo autor.

Novo methodo de Grammatica Portugueza, por Martins Bastos.

Grammatica Portugueza, por Figueiredo.

Grammatica Portugueza, por Cyrillo Dilermando.

Selecta Portugueza, por Carreira de Mello.

Cartas selectas, do Padre Antonio Vieira.

Poesias escolhidas do Padre Caldas.

Historia do Brasil, por Abreu e Lima.

Annaes da Provincia de S. Pedro do Sul, pelo Visconde de S. Leopoldo.

Compendio de Geographia, pelo Padre Pompêo.

Compendio de Geographia, por Justiniano José da Rocha.

Bibliotheca Juvenil, por Barker.

Annaes da Provincia de São Pedro do Sul, pelo Visconde de S. Leopoldo ...

(TAMBARA & ARRIADA, 2004: 119) [grifo nosso].

Até então, o currículo de História, no ensino secundário, não privilegiava os aspectos regionais. Esta situação só começa a ser explicitada a partir de 1859, como bem mostra Tambara & Arriada (2004):

N. 48 – Regulamento de 29 de janeiro de 1859, augmentando as aulas do Lycêo D. Affonso e dando-lhes o respectivo programma do estudo. [...]

4º ANNO

[...]

7ª CADEIRA

Historia moderna e contemporanea

[...]

Historia contemporanea. Principaes factos da Historia contemporanea... da Europa e da America.

[...]

Historia do Brasil, em especialmente da Provincia de S. Pedro do Sul (ibidem:150).

É salutar dizer que dentro do currículo de História, visto apenas na 7ª cadeira do 4º Ano, o conteúdo de História do Brasil e do Rio Grande do Sul é ínfimo em relação aos demais. É importante, também, perceber que a obra de José Feliciano Fernandes Pinheiro não é uma obra propriamente didática. Essa obra foi escolhida por dar uma noção “global”, para os parâmetros da época, da História da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além da ligação direta do Visconde de São Leopoldo com o Império.

Com o implemento da República, percebe-se um crescimento de livros sobre história do Rio Grande do Sul direcionado ao ensino, pois o federalismo da Constituição de 1981 definiu aos Estados a atribuição de organizar os seus sistemas escolares, sem fixar as diretrizes gerais de uma política educacional.

Os ideais positivistas são inseridos no sistema educacional do Rio Grande do Sul, principalmente no governo de Júlio de Castilho, estendendo-se por todo o mandato de Borges de Medeiros. A Constituição de 1891 considerava o Estado como sendo o responsável direto dos deveres constitucionais na área de escola primária, que compreendia o ensino elementar e complementar.

O sistema educacional elementar abrangia o ensino de crianças de ambos os sexos a partir de sete anos de idade. Este compreendia as seguintes disciplinas:

Ensino prático de língua portuguesa; Contar e calcular; Aritmética prática até regra de três, mediante processos concretos e após abstratos; Sistema métrico, prático e geometria; Elementos de geografia mediante o uso de mapas; História do Brasil e do Estado; Lição de cousas e noções concretas de ciências físicas e naturais; Elementos de música vocal; Ginástica, e Desenho (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1906) [Grifo nosso].

Já as disciplinas do ensino complementar eram as seguintes: “Português, Francês, Alemão, Geografia, História, Pedagogia, Noções de direito pátrio, Aritmética, Álgebra, Geometria e trigonometria, Física – noções de Mecânica, Química, Desenho, e Música”.

Analisando as disciplinas curriculares citadas anteriormente vemos que a instrução moral e cívica não possuía nenhuma disciplina explícita; nos referidos

livros didáticos publicados durante a República Velha, no entanto, a exaltação constante de ilustres figuras da história do Rio Grande do Sul procurava difundir o civismo e a moral, pois, pela educação moralizadora, tanto Júlio de Castilho como Borges de Medeiros faziam da educação estadual gaúcha um instrumento de difusão dos ideais positivistas.

No jornal “A Federação”, em julho de 1884, a temática do Ensino Cívico apresentou-se, pela primeira vez, nas palavras de Júlio de Castilho, sob o título de “Crítica e Política”:

Não há educação cívica? Eduque-se. Quem são os que devem educar? Os bons cidadãos que tiverem competência para isso. E como chamar a si os concidadãos, para educá-los? Apontando-lhes um ideal, uma escola política, cujas exigências, severas, mas cheias de dignidade e grandeza, levantam em seu espírito a convicção dos seus direitos, a subordinação a seus deveres, uma grande veneração à liberdade e um amor sagrado à pátria. Isto vale muito mais que a crítica estéril [...] (CASTILHOS apud CARNEIRO, 1993: 84).

POLÍTICAS PÚBLICAS GAÚCHAS DOS COMPÊNDIOS ESCOLARES DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Logo após a Proclamação da República, uma das primeiras preocupações do governo republicano gaúcho foi implementar políticas públicas para a distribuição de materiais escolares nas escolas primárias, como papel, tintas e livros didáticos.

Após a indicação destes livros didáticos, os mesmos passavam por uma triagem, sendo distribuídos apenas os aprovados pelo Conselho de Instrução Pública; é bom enfatizar que este Conselho era composto por pessoas não pertencentes ao magistério público e nomeadas pelo Presidente do Estado; isto se deu até a reforma do ensino, em 1897. A partir de então, o responsável pelos materiais escolares, inclusive os compêndios, foi o Conselho Escolar, que era composto por inspetores regionais sob a gerência de um inspetor geral.

O processo de escolha, compra e distribuição dos compêndios escolares passava por uma rígida e rigorosa filtragem, na forma mesmo de controle do ensino, pois estes deviam estar “de acordo com os objetivos definidos para a educação gaúcha pelos dirigentes positivistas” (CORSETTI, 2006: 05).

Buscando a unidade doutrinária e metodológica, a Secretaria do Interior e Exterior buscava orientar os autores e editores através de diretrizes nas quais os compêndios escolares deveriam se enquadrar, tanto ideológico como metodologicamente.

Berenice Corsetti, pesquisadora do assunto, afirma o seguinte:

Os requisitos básicos, portanto, para as áreas que envolviam o tratamento de conteúdos que formavam valores políticos, sociais, éticos e morais foram definidos em 1913. Além de exigências relativas à forma, como tipo de tinta, papel e formato, as determinações foram bastante expressivas. Assim, no caso dos livros de leitura, eles deviam ser escritos em linguagem pura, sóbria e de fácil compreensão para aqueles a quem eram destinados. Na elaboração desses livros, ter-se-ia em vista não só o ensino da língua materna, como também o cultivo da inteligência da criança e a formação de seu caráter, auxiliando a sua educação moral e cívica⁷.

⁷As informações que apresentamos relativas aos requisitos para os livros didáticos foram extraídas do relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 08.09.1913, p. VI-VII (CORSETTI, 2006: 05).

Em relação ao livro de História, a autora contribui para nossa pesquisa:

O compêndio de história, além da exposição sucinta dos fatos em linguagem clara, sem detalhes inúteis e apenas as datas principais, deveria trazer: 1) biografias de personagens ilustres das diversas épocas; 2) narrações de feitos heróicos; 3) resumos que pudessem dar ao aluno uma idéia do desenvolvimento progressivo do país nas artes, letras, indústrias, etc.; 4) ilustração do texto de maneira que os grandes vultos e os fatos capitais fossem, aos olhos dos alunos, vivificados pela figura, pelo retrato, pela carta ilustrada (CORSETTI, 2006: 08).

Fica bem clara, então, a intenção da difusão dos valores dos grupos políticos dominantes no Rio Grande do Sul através dos compêndios escolares, ou seja, a formação de um imaginário que legitimasse o PRR.

IMAGINÁRIO SOCIAL E IDENTIDADE

A identidade é algo abstrato, sem existência real, é um ponto de referência. A identidade é parte da construção social formulada a partir das diferenças reais ou inventadas, com a função de distinção, seja ela de inclusão ou exclusão (OLIVEN, 1998: 37). É historicamente construída e por isso entendemos

que é um processo em constante formulação. A identidade, antes de ser um processo de auto-reconhecimento, é um processo de reconstrução na fronteira social; é nessa fronteira onde ocorrem as relações entre os grupos sociais e que constroem os contrastes seletivos que, de forma emblemática, organizam as identidades. Assim, mediante a construção social, os mitos surgem simbolizando a identidade do grupo; o mito, então, faz parte de um processo maior de reafirmação e redefinição das identidades.

Para que a identidade possa ter sentido, ela busca valores da história da própria sociedade a ser identificada, que ainda estão em seu imaginário, para utilizá-los. Daí surge a importância da memória como categoria para a justificação de um domínio através do imaginário.

O termo “imaginário” é caracterizado, segundo Baczko (1985: 308-9) por uma “polissemia notória”, considerando-a inevitável. Para o autor, o acréscimo do termo “social” designa um “duplo fenômeno”: primeiro a direção da atividade imaginativa para o social — “a produção de representações da ordem social”, incluídos aí os atores sociais, as suas inter-relações e as instituições sociais; em segundo lugar, a “participação da atividade imaginária individual num fenômeno coletivo”. Esse segundo aspecto caracteriza um imaginário específico de cada época, periodicamente renovado.

Baczko chega a formular um conceito de Imaginário, considerando a existência de uma comunidade de imaginação, ou de sentido:

*[...] através dos seus **imaginários sociais**, uma coletividade designa a sua **identidade**; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” (BACZKO, 1985:309) [grifo nosso].*

Percebe-se, então, no conceito de Baczko, uma íntima relação entre as categorias identidade e imaginário social, sendo de fundamental importância sua compreensão para a apreensão do “ser gaúcho”.

Outra versão do conceito pode ser encontrada em Pierre Ansart (1978), num texto que ele intitula “Os Imaginários Sociais”, e que objetiva a análise da relação entre os sistemas simbólicos que caracterizam uma formação histórica e os conflitos sociais. O autor analisa a questão sob três paradigmas: o mito, a religião e a ideologia política, assim definindo imaginário social:

[...] toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário, através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo e a ela própria, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar (ANSART, 1978: 21-2).

“Tecnologias do Imaginário”, segundo Juremir Machado da Silva (2003), são “dispositivos (elementos de interferência na consciência e nos territórios afetivos aquém e além dela) de produção de **mitos**, de visões de mundo e de estilos de vida” (SILVA, 2003: 22) [grifo nosso].

Sob esta perspectiva, o próprio livro (inclusive o compêndio) é uma tecnologia do Imaginário, pois durante muito tempo foi uma das poucas tecnologias do imaginário, onde se propagava elementos educadores de percepções; daí, forjava-se uma visão de mundo, porque o Imaginário sempre forja uma visão de mundo, ou seja, constrói uma representação.

Inclusive, Chartier (2001: 115-140), partindo de uma perspectiva de “mundo como representação”, explicita que o próprio texto do historiador é uma representação, ou seja, também passivo de uma análise histórica.

Portanto, o imaginário social, por meio de suas tecnologias, designa a identidade, ou seja, representação de um grupo. É ele quem distribui os papéis sociais, constrói códigos de pertença, exprime valores através de modelos e mitos.

JOÃO CÂNDIDO MAIA E SUA OBRA “HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ENSINO CÍVICO”

De acordo com Villas-Bôas (1974:293) João Cândido Maia foi “ensaísta, historiador, contista, jornalista e romancista”. Maia escreveu “História do Rio Grande do Sul – Para o Ensino Cívico, 1. ed. 1898, 217 págs. Liv. e Tip. de Franco & Irmãos, P. Alegre; 4. ed. 1904, 240 págs. Rodolfo José Machado Editor, P. Alegre; 5. ed. 1907, 241 págs. Liv. Selbach, P. Alegre”.

A respeito das edições da obra em questão, prefiro a observação de Martins (1978:338): “várias edições a partir de 1902”. No entanto, Martins se equivocou na data inicial das novas edições deste livro; há uma edição de 1900 da referida obra, que comprova isso, pois na capa há a expressão “Nova Edição”.

Maia, na “Introdução” de sua primeira edição da respectiva obra, publicada em 1898, justifica que “a oportunidade para escrever o livro havia surgido com a reforma do sistema de ensino estadual, Lei nº 89 de 02 de fevereiro de 1897” (ALMEIDA, 2007: 03). Nesta, ele segue:

Este livro destina-se a preencher, ainda que imperfeitamente, a lacuna existente no conjunto de elementos educativos da mocidade do Estado. [...] Não apresento trabalho completo devido a carência de elementos subsidiários com que tive de enfrentar. Trata-se de um livro de primeira edição susceptível portanto, de ir melhorando aos poucos (p.03). [...] O que urge é promover a educação cívica dos jovens riograndenses e nenhum meio mais eficaz se me afigura n'esse sentido meritório, do que collocar, nas mãos d'esses nossos esperançosos concidadãos de amanhã, a opulenta historia d sua enobrecida terra, com todos os ensinamentos suggestivamente bons que transbordam de suas paginas vibrantes (p. 04). (ALMEIDA, 2007: 106)

A intenção de Maia é ratificada nas capas dos Compêndios de História do Rio Grande do Sul de sua autoria, em edições posteriores a 1900, que explicitam bem as preocupações da educação estadual em relação ao civismo, representadas pela expressão “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”; até então, lia-se apenas “História do Rio Grande do Sul para o Ensino”.

Essa observação do título do compêndio escolar de Maia altera o sentido do uso pedagógico da obra, atribuindo-lhe uma especificidade de ensino. Anunciando, desde a capa, que o conteúdo estava direcionado ao “ensino cívico”, associou-a, definitivamente, às demandas da instrução pública republicana.

Seja como for, uma apreciação do compêndio escolar de Maia foi apresentada no relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior:

*História do Rio Grande, por João Maia.
Esta escripta em linguagem fácil, com verdade, elevação de vistas e accentuado sentimento nacional. Não faltarão criticos que a julguem lacunosa, é preciso, porém, que se tenha em vista que esta obra não se destina ao ensino completo de História rio-grandense, e sim às escolas elementares, onde não são convenientes os tratados volumosos e scientificos. A História do Rio Grande, além de offerecer aos nossos jovens contterraneos o estudo do honroso passado desta terra, muito auxiliara os professores... (RELATÓRIO apud ALMEIDA, 2007: 26).*

Os títulos dos livros de João Maia deixam claro que a História do Rio Grande do Sul, do currículo escolar, não era qualquer história, mas sim uma história que educasse para o civismo. Os exemplos cívicos e morais eram a essência da construção da nova pátria republicana, que tinham como função dar ao aluno uma educação que lhe possibilitasse ser um cidadão fiel e amante da pátria. Ou seja, sob

este aspecto, o referido compêndio, cumprindo sua função de “tecnologia do imaginário” (SILVA, 2003: 22), promove notoriamente o espírito cívico republicano no imaginário social do Rio Grande do Sul.

Seguindo a linha do civismo, então, uma das características da obra didática de Maia é a exaltação dos grandes personagens da História gaúcha, ou seja, um instrumento de heroificação. “O bravo e popular coronel Bento Gonçalves da Silva, comandante superior de toda a guarda nacional da província e também da fronteira de Jaguarão” (MAIA, 1900: 101) é um destes nomes que são exaltados. Há, inclusive, um capítulo destinado a estes grandes nomes: “Primeiro bispo da província. – Outros rio-grandenses illustres”. Nos anos seguintes ao da 5ª edição corrigida, Maia acrescenta mais rio-grandenses ilustres ao capítulo citado, além de outro capítulo denominado “Varões Ilustres do Estado”, destinado, segundo Maia (1920:208), aos “servidores illustres da República, já falecidos no Estado do Rio Grande do Sul”, pois, diante dos altos e baixos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR)², era preciso criar no imaginário social gaúcho mitos do PRR.

Chamo a atenção para o imaginário social do “ser gaúcho” constante nas primeiras edições da referida obra, mas que sofre modificações nas edições finais. Muito semelhante a Guimarães (1896), Maia (1900, 1901, 1904, 1907) representa o gaúcho como sendo criado, praticamente,

[...] em cima do cavallo, sobre cujo dorso elle vence, sem fadiga, as maiores distâncias, com a impetuosidade do raio. Nas lides rudes do campo, elle aprendeu a desprezar o perigo e sofrer privações. [...] Sua alimentação é simples e sólida: um pedaço de carne gottejando sangue e com sal, quando ha, e apenas tostado em um brazeiro, constitue o saboroso e inegualavel churrasco do gaúcho (MAIA, 1900: 39-40).

Estudando estas primeiras edições de Maia, percebemos claramente a identificação do “ser gaúcho” com as atividades campeiras quase num caráter de subsistência. No entanto, nas últimas edições (1920, 1927), Maia omite estas características — “o gaúcho: suas lides, seus costumes e divertimentos” (MAIA, 1900:39) — acrescentando o tópico, de cunho econômico, “A produção”, onde se promove a imagem de Rio Grande do Sul comerciante dos produtos trabalhados pela “excepcional benignidade do clima” do RS, e da “notável fertilidade d’esta”, produzindo-se “de tudo”. (MAIA, 1920: 45).

Esta alteração pode ser explicada pela crescente industrialização do Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1988: 115-129); precisava-se inculcar no imaginário

² Para saber mais em relação ao PRR e suas fase durante a República Velha ver Nelson Boeira (1980)

social gaúcho a vocação do Rio Grande do Sul para a industrialização dos produtos agropecuários.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, fez-se uma breve análise da questão da utilização do compêndio “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”, de João Maia, editada e reeditada de 1898 a 1927, como um dos formadores da identidade gaúcha.

O positivismo absorvido pelo ensino de História do RS sofreu várias distorções, pois se narra mais as histórias individuais do que as coletivas, sendo estas as mais importantes para o positivismo de Comte. Procurou-se, através das ações individuais, o moralismo e o civismo necessários à construção da nova pátria republicana, uma pátria que exaltava e privilegiava uma elite agrária no Rio Grande do Sul.

Além da formação da identidade política, sob a criação de mitos do PRR, a obra de Maia teve papel privilegiado na caracterização da identidade econômica do RS, como uma indústria em potencial de produtos agropecuários.

Em suma, salientamos a progressiva formação da identidade política gaúcha como forma de legitimar as elites do PRR nos governos do RS, bem como da utilização do referido compêndio como uma importante tecnologia do imaginário social gaúcho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maximiliano M. M. de. *Livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as Escolas Elementares*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduados em História: História das Sociedades Ibéricas e Americanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

ANSART, Pierre. *Ideologia, Conflito e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaldi (Antropus-homem). Portugal: Imprensa Nacional, 1985. Vol. 5.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CARNEIRO, Paulo (org.). *Idéias políticas de Júlio de Castilhos*: introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1981.

CHARTIER, Roger. Uma crise da História? A história entre a narração e o conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo et all. *Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos*: manual de normas da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2006. www.ufpel.tche.br/prg/sisbi. Acesso em 24/11/2007.

GUMARÃES, João Pinto. *O Rio Grande do Sul para as escolas*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1896.

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul Para o Ensino Cívico*. Nova Edição. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1900.

_____. 5.ed. Porto Alegre: Selbach e Mayer, 1907.

_____. Novíssima Edição. Porto Alegre: GLOBO, 1920.

_____. Novíssima Edição. Porto Alegre: Selbach, 1927.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS-IEL, 1978.

MUNAKATA, Kazumi et al. Livro didático e formação de professores são incompatíveis? In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). *Simpósio do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação*: Formação de Professores. Brasília: MEC, SEF, 2002.

OLIVEN, Ruben G. Mitologias da nação. In: FÉLIX, L; ELMIR, C. *Mitos e Heróis*: construção de imaginários. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (p. 23-39)

PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha*: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/EST, 1993.

SILVA, Antônio Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6.ed. (melhorada e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão). Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858. Tomo I.

SILVA, Juremir Machado da. *As Tecnologias do Imaginário*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação*. Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 1995.

_____. & ARRIADA, Eduardo. *Leis, Atos e Regulamentos sobre a Educação Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Coleção em CD Documentos da Educação Brasileira. Brasília-DF: INEP, 2004.

VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nação / SEC, 1974.

Recebido em: 28/11/2005
Aprovado em: 24/08/2006
Publicado em: 07/10/2006